

# Vamos ao que interessa

Nos últimos dez meses, o governo montou uma complicada estrutura destinada a reduzir a oferta de financiamentos e, assim, conter o consumo cujo crescimento ameaçava o programa de estabilização. Foram impostos limites ao crediário, elevados os depósitos compulsórios que as instituições financeiras precisam recolher ao Banco Central e, em consequência, o custo dos empréstimos aumentou. Em março, os juros internos subiram ainda mais, para atrair de volta ao País os investidores estrangeiros que, assustados com a crise mexicana, fugiram dos mercados latino-americanos.

Agora, a rápida recomposição das reservas cambiais, que já estão no nível de novembro do ano passado — isto é, de antes da crise mexicana —, e a persistente entrada de dólares no País já começam a afetar a política de controle da moeda em circulação na economia. Quanto ao nível de consumo, embora os integrantes da equipe econômica do governo discordem oficialmente da avaliação feita por empresários e economistas de que o País já está em recessão, reconhecem, na prática, que o quadro hoje é bem diferente do de alguns meses atrás e, implicitamente, até que a “pisada no freio” pode ter sido forte demais.

Diante dessas novas realidades — tanto no “front” do balanço de pagamentos quanto no da “velocidade” do consumo —, o governo promoveu, na semana passada, uma discreta redução dos juros internos e está prestes a anunciar mais novidades na mesma direção, sinalizando que o pior momento já passou e, agora, retomamos a maré montante. A decisão alivia o “arrocho” na economia interna e, ao mesmo tempo, reduz o incentivo à vinda de mais capitais estrangeiros.

Como a liberação é sempre menos urgente que a contenção num momento de crise, o governo age com prudência, para que o alívio também não seja rápido demais. Avisa que não vai reduzir os juros de maneira expressiva no curto prazo, mas que, gradualmente, vai desmontar a estrutura que construiu a partir de setembro do ano passado,

com a redução paulatina do compulsório sobre os bancos, a ampliação dos prazos para o financiamento do consumo, maior liberdade para a constituição de grupos de consórcio e a criação de mecanismos para o financiamento habitacional.

Mas o fato que pouca gente parece compreender — e que o governo, com sua tática de permanecer em silêncio, lançando “balões de ensaio” dos bastidores para, depois, procurar uma impossível solução que agrade a todos, não ajuda a divulgar — é que tanto as restrições que foram adotadas nos últimos meses como as medidas de alívio que estão sendo gradualmente anunciadas agora são medidas tópicas destinadas a corrigir decisões anteriores ou reduzir seus efeitos negativos, que não resolvem problema nenhum. Apenas aliviam os efeitos de problemas que persistem, pairando sobre a economia como uma permanente ameaça.

O que este país precisa é de criar condições para crescer em velocidade acelerada, sem que isto produza pressões inflacionárias. E isto só será possível se partirmos para reformas estruturais profundas e corajosas — especialmente a tributária e fiscal e a administrativa — que reduzam o custo da atividade produtiva no Brasil e assegurem o equilíbrio permanente das contas do setor público.

É disto que parecem não se dar conta os políticos, os ministros, os governadores, os sindicalistas e os empresários que — todos eles fariseus — gritam “contra o arrocho” mas não se mostram dispostos a entregar nenhum de seus privilégios ou prerrogativas e nem sequer a alterar qualquer de seus hábitos para tornar possível a reforma tributária e fiscal, sem a qual o Brasil continuará refém de medidas de proteção contra a concorrência internacional distribuídas por pequenos “imperadores”, quase sempre cheios de ambições, que decidem com que critérios? quem deve sobreviver e quem deve morrer, independentemente de sua competência como produtor, e dos ciclotímicos apertos e desapertos dos juros, que continuarão sendo o único instrumento de política econômica de que o governo dispõe.